

Níveis de condições de qualidade das redes municipais de ensino no Brasil: uma perspectiva de análise

Levels of quality conditions of municipal education networks in Brazil: a perspective of analysis

Niveles de condiciones de calidad de los sistemas educativos municipales en Brasil: una perspectiva de analisis

Marcus Quintanilha da Silva¹

Citação: SILVA, M. Q. Níveis de condições de qualidade das redes municipais de ensino no Brasil: uma perspectiva de análise. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 21. Dezembro de 2017.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar um mapa das condições de qualidade das redes municipais no Brasil, delimitando a análise para os anos iniciais do ensino fundamental. A metodologia de base consiste na exploração quantitativa e qualitativa do Índice de Condições de Qualidade (ICQ) e seus indicadores parciais referente às Condições do Professor, Materiais da Escola e de Gestão, fomentados pelos questionários de contexto da edição de 2013 da Prova Brasil, utilizando como matriz de categorização o Nível de Condições de Qualidade (NCQ) e a problematização e análise do resultado numérico do Índice. Evidenciou-se a desigualdade nas condições de oferta e a relação direta de baixas (ou altas) mensurações com sua localização estadual, com condições de qualidade inferiores nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, a exploração do resultado numérico do ICQ permitiu afirmar que, principalmente para redes municipais com resultados nos dois primeiros níveis da categorização proposta, o número carece de maior aprofundamento qualitativo, por derivar de indicadores parciais diversos e, apesar de algumas similaridades, mesmos ICQ não correspondem, para esses níveis, mesmas condições de qualidade.

Palavras Chave: Condições de qualidade; Ensino fundamental; Questionários de contexto; Políticas educacionais; Prova Brasil.

Abstract

This article aims to present a map of the quality conditions of municipal education systems in Brazil, delimiting the analysis for the first period of elementary school. The basic methodology consists of the quantitative and qualitative exploration of the Quality Conditions Index (ICQ) and its partial indicators, referring to the Conditions of the Teacher work, School Materials and School Administration, fomented by the context questionnaires of the 2013 edition of ProvaBrasil, using as categorization matrix the Quality Conditions Level Index (NCQ) and the problematization and analysis of the numerical result of the Index. The study identifies an inequality in offer conditions and a direct relationship of low (or high)

¹ Mestre e Doutorando em Educação (PPGE-UFPR). Professor da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. E-mail: marcusquintanilha0@gmail.com

measurements with the State where the school is, with lower quality conditions in the North and Northeast regions. Besides that, the exploration of the numerical result of the ICQ allowed to affirm that, mainly for municipal systems with results in the first two levels of the proposed categorization, the indicator needs to be further qualitative deepening, as it derives from several partial indicators and, despite some similarities, same ICQ do not correspond, for these levels, to the same quality conditions.

Keywords: Quality conditions; Elementary School; Context questionnaires; Educational policies; Prova Brasil.

Resumen:

El presente artículo tiene por objetivo presentar un mapa de las condiciones de las redes municipales de educación en Brasil, delimitando el análisis para los años iniciales de la enseñanza fundamental. La metodología de base consiste en la exploración cuantitativa y cualitativa del Índice de Condiciones de Calidad (ICQ) y sus indicadores parciales referentes a las Condiciones del Profesor, de los Materiales de la Escuela y de la Gestión, fomentados por los cuestionarios de contexto de la edición de 2013 de la Prueba Brasil, utilizando como matriz de categorización el Nivel de Condiciones de Calidad (NCQ) y la problematización y análisis del resultado numérico del Índice. Se evidenció la desigualdad en las condiciones de oferta y la relación directa de bajas (o altas) mediciones con la localización estadual de la escuela, con condiciones de calidad inferiores en las regiones Norte y Nordeste. Además, la explotación del resultado numérico del ICQ permitió afirmar que, principalmente para redes municipales con resultados en los dos primeros niveles de la categorización propuesta, el número carece de mayor profundización cualitativa, por derivar de indicadores parciales diversos y, a pesar de algunas similitudes, mismos ICQ no corresponden a, para estos niveles, mismas condiciones de calidad.

Palabras clave: Condiciones de calidad; Escuela Primária; Cuestionarios de contexto; Políticas educativas; Prueba Brasil.

Introdução

Nas últimas décadas o debate sobre a universalização do ensino na educação básica tem dialogado com outro elemento de importância na efetividade das políticas educacionais, as condições da oferta. Esse artigo vem ao encontro de tal temática, haja vista que a análise das condições de estrutura material, de trabalho docente e de gestão da escola/sistema que um determinado conjunto de escolas reúne para ofertar a vaga são algumas das premissas fundamentais para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e, conseqüentemente, uma trajetória escolar de sucesso.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar as condições de qualidade da oferta educacional dos anos iniciais do Ensino Fundamental das redes municipais do Brasil para o ano de 2013. A metodologia de base consistiu na exploração do Índice de Condições de Qualidade (ICQ), construído pelo NuPE (Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná), proveniente de um programa de pesquisa maior, intitulado “Qualidade no ensino fundamental: uma leitura das condições de efetividade dos sistemas estaduais e municipais de ensino a partir de indicadores de financiamento, condições de oferta e resultados escolares”, materializando umavertente de avaliação da efetividade da ação pública em condições de oferta.

Para este trabalho, a perspectiva de análise teve como ferramenta de categorização o Nível de Condições de Qualidade (NCQ), constituído como em uma ferramenta de

aprofundamento da análise dos dados quantitativos através de agrupamentos de redes municipais com resultados quantitativos aproximados, objetivando análises quantitativas/qualitativas, contextualizado pela investigação de similaridades e divergências de resultados aproximados de ICQ de redes municipais diferentes com base em análises estatísticas, dialogando com Silva (2017), que mapeou e analisou os resultados do ICQ.

As fontes de informações foram provenientes dos questionários de contexto da Prova Brasil de 2013, onde três alimentaram os indicadores parciais do ICQ. Os destinados às professoras/es de Língua Portuguesa e Matemática dos 5^{os} anos avaliados fomentaram o Índice de Condições do Professor (ICP), os respondidos pelos aplicadores/as da avaliação para o Índice de Condições Materiais da Escola (ICME) e os que ficaram a cargo dos diretores/as foram destinados a fomentar o Índice de Condições de Gestão (ICG).

Nesse sentido, visando atingir o objetivo proposto, o texto se estrutura da seguinte forma: a) descrição de metodologia e referencial teórico de base para o Índice de Condições de Qualidade e seus indicadores parciais; b) análise das condições de qualidade, com base no NCQ; c) a problematização da precisão qualitativa do indicador em relação aos resultados numéricos, e; d) conclusões da pesquisa.

Aspectos Metodológicos do ICQ

Dourado, Oliveira e Santos (2007) propõem, através da tríade insumos-processos-resultados, um percurso ideal que culmine em uma oferta de ensino de qualidade, perpassando por financiamento adequado, condições de oferta e resultado de sucesso escolar, ideia adotada por essa pesquisa em uma perspectiva de efetividade da política educacional. Baseados em documentos de instituições nacionais e internacionais, tais autores elencam as condições primárias que impactariam na oferta de ensino com qualidade, como salas adequadas com a etapa/modalidade e idade, equipamentos eletrônicos adequados e em quantidade necessária, assim como estruturas de laboratórios e bibliotecas, ambiente adequado para as atividades com os estudantes e a comunidade, acessibilidade através do apoio pedagógico, entre outras.

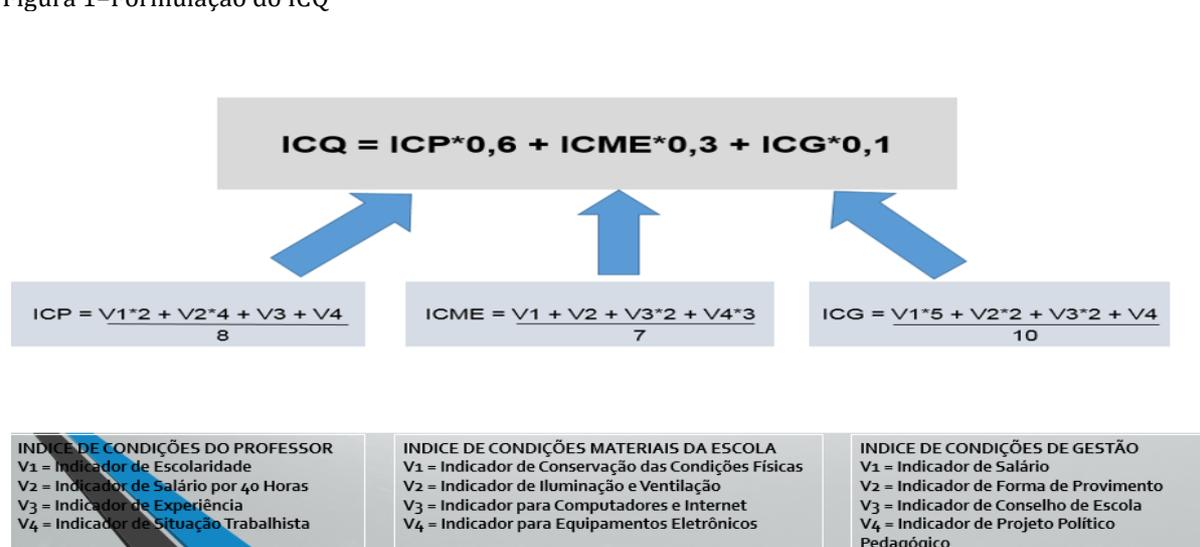
Utilizou-se parcialmente, como teoria de baseado indicador, o conceito de educação com qualidade social. Na definição de Almeida (2004), a educação com qualidade social considera, a partir da realidade sociocultural dos estudantes, suas necessidades,

utilizando a universalização do acesso, a gratuidade e a qualidade do ensino como premissas fundamentais na execução do dever do Estado para com a educação. Silva (2009) reforça a perspectiva, entendendo que o termo engloba não só fatores extraescolares como intraescolares, assim como Dourado, Oliveira e Santos (2007). No limite da análise desse trabalho, alguns fatores internos à escola foram, no limite da metodologia explorada, trabalhados na perspectiva de condições de oferta.

Dourado, Oliveira e Santos (2007) evidenciam alguns elementos para pensar em uma escola com qualidades fundamentais, aqui entendidas como condições de qualidade. Para este trabalho, o recorte se deu: a) nas condições materiais da escola; b) as condições de gestão, e; c) as condições do professor/a.

A metodologia de trabalho explorou o ICQ, constituído basicamente de três indicadores parciais, o ICP (Índice de Condições do Professor), ICME (Índice de Condições Materiais da Escola) e o ICG (Índice de Condições de Gestão), com quatro variáveis cada. A figura abaixo auxilia no entendimento da dinâmica do indicador.

Figura 1–Formulação do ICQ



Fonte: Silva (2017),

O indicador, descrito em Gouveia, Souza e Schneider (2011), teve em Silva (2017) pequenas alterações, visando atender a objetivos específicos e resposta a algumas hipóteses, além da mudança de algumas opções de resposta dos questionários de contexto da Prova Brasil de 2013. De forma a contextualizar o ICQ, a tabela abaixo elenca a quantidade de perguntas utilizadas destinadas a professores/as de Língua Portuguesa e Matemática das turmas de 5º ano avaliadas (ICP), dos aplicadores/as da avaliação (ICME) e dos diretores/as (ICG).

Tabela 1 – Quantidade de perguntas utilizadas dos questionários de contexto da Prova Brasil de 2013 para cada variável de cada indicador parcial

Variáveis do ICP	Perguntas utilizadas	Variáveis do ICME	Perguntas utilizadas	Variáveis do ICG	Perguntas utilizadas
V1	2	V1	13	V1	1
V2	2	V2	2	V2	1
V3	1	V3	5	V3	1
V4	1	V4	7	V4	1

Fonte: Silva (2017). Inep (2013). Dados Trabalhados pelo autor (2017).

Apesar de não compor os objetivos desse trabalho, a fomentação teórica de cada variável carece de contextualização. Em Silva (2017), cada variável teve como premissa o diálogo com a literatura acadêmica, enfatizando a importância da mesma nas condições de qualidade na oferta educacional. Nas condições do professor, a literatura acadêmica (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007; CARISSIMI, 2010; LIMA, 2012; MOREIRA; SILVA, 2011), e os dispositivos legais, como a Lei n. 11.738/08, o atual Plano Nacional de Educação, através da Lei n. 13.005/14, entre outras, auxiliaram no entendimento da importância das variáveis no ICP. Em relação ao ICME, os trabalhos de Schneider (2010, 2014) e as reflexões de Dourado, Oliveira e Santos (2007), além do conceito de educação com qualidade social, trabalhado por Almeida (2004), Silva (2009) e Dourado, Oliveira e Santos (2007), se constituíram em literatura de base para a referida dimensão. Para o ICG, os trabalhos de Souza *et al.* (2005), Souza (2007, 2008, 2009), Dourado (2000), Dourado *et al.* (2006), Alves (2011), Bezerra (2009) e Silva (2012) subsidiaram o referido diálogo.

Cada variável foi calculada por instituição de ensino emensurada de 0 a 1, gerada uma média municipal, com mesma variação quantitativa, gerando um ICQ por rede municipal. Em Gouveia, Souza e Schneider (2011) e, pela problematização anterior, com pequenas alterações em Silva (2017), foram descritas as mensurações de cada opção de resposta das variáveis.

Para este trabalho, a opção foi pela exploração dos resultados através da categorização denominada Nível de Condições de Qualidade (NCQ). A exploração dessa categoria, em quatro níveis diferenciados, Insuficiente, Regular, Bom e Ótimo, permitiu trabalhar as localizações das redes municipais com maiores e menores ICQ no país, além de explorar o sentido do resultado numérico do referido indicador. A seguir, trabalhou-se na metodologia supracitada, utilizando os dados estatísticos da pesquisa, para que, dentro

de cada conjunto de redes municipais, pudessem trabalhar similaridades e localizar as mesmas no território nacional.

Mapa das condições de qualidade das redes municipais do país: a exploração do NCQ

A análise de dados reuniu 4600 redes municipais, com um percentual de pouco mais de 21% das escolas administradas pelos municípios no país. Esse cenário evidencia que, apesar de mais de 80% das redes municipais do país comporem os casos da pesquisa, a mesma carece, em alguns grupos de redes municipais por estado, de maior aprofundamento, haja vista que em alguns destes, o percentual de escolas respondentes que geraram o indicador é relativamente pequeno, o que, para a visão deste autor, não diminui o panorama dos resultados apresentados.

No trabalho de base para este artigo (SILVA, 2017), partiu-se da opção metodológica pelo ICQ, explorando seus resultados e verificando o comportamento de cada indicador parcial e as variáveis que compõem os resultados do ICP, ICME e ICG, percurso que exigiu alguma *expertise* no trabalho quantitativo e o diálogo com a literatura acadêmica.

As observações da pesquisa indicaram a necessidade de aprofundamento no trabalho analítico quantitativo. Observou-se que, das 4600 redes municipais analisadas, 97,9% resultam seu indicador entre 0,4 e 0,8, evidenciando resultados de exceção às redes municipais fora desse intervalo.

Para tal aprofundamento, a metodologia de construção da escala para essa análise utilizou como base o desvio padrão, somando e diminuindo da média 2 desvios, cenário que em Barbetta (2012), compreende-se que cerca de 95% dos resultados estariam nesse intervalo. A análise quantitativa dos dados permitiu indicar que as faixas calculadas por esse padrão comporiam uma possibilidade de evidenciar um cenário de desigualdade. Com base na média nacional do ICQ, o cálculo da categorização foi realizado da seguinte maneira:

$$[ICQs] = MICQb - 2 * DPMICQ$$

$$[ICQs] = MICQb + 2 * DPMICQ$$

Onde:

[ICQs] = Intervalos do ICQ entre o nível Regular no cálculo de subtração e Bom no cálculo de adição, subdivididos pela média

MICQb = Média do ICQ no Brasil em 2013

DPMICQ = Desvio padrão da média do ICQ em 2013

Nesse cálculo, as condições de qualidade das redes municipais foram categorizadas em quatro faixas:

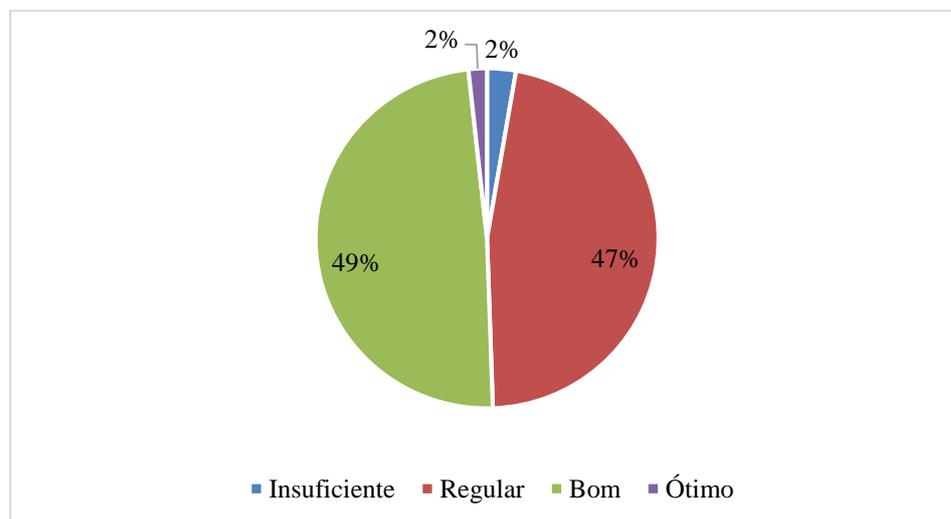
Tabela 2 – Níveis de Condições de Qualidade por intervalos numéricos - 2013

Categorias	Nível	Intervalo
Insuficiente	1	Abaixo ou igual a 0,4332
Regular	2	Entre 0,4332 e 0,6102 inclusive
Bom	3	Entre 0,6102 e 0,7872 inclusive
Ótimo	4	Acima de 0,7872

Fonte: Silva (2017).

Elencadas as quatro categorizações, o objetivo inicial foi distribuir os casos por Nível de Condições de Qualidade (NCQ). Nessa perspectiva, o gráfico 1 apresenta esses dados.

Gráfico 1 – Distribuição das redes municipais por Nível de Condições de Qualidade - 2013



Fonte: Silva (2017).

O gráfico acima distribuiu o Nível de Condições de Qualidade na oferta educacional das redes municipais analisadas. Ressaltou-se que, apesar de pouco mais da metade da amostra estar categorizada entre bom e ótimo (51%), houve uma quantidade grande de redes municipais categorizadas entre regular e insuficiente (49%), evidenciando a

necessidade de políticas educacionais que priorizem as condições de qualidade. A tabela abaixo descreve quantitativamente os municípios em cada NCQ.

Tabela 3 – Distribuição dos casos por Níveis de Condições de Qualidade - 2013

NCQ	Quantitativo de redes municipais	Percentual do total dos casos
Insuficiente	125	2,7
Regular	2150	46,7
Bom	2245	48,8
Ótimo	80	1,7
Total	4600	100,0

Fonte: Silva (2017).

Distribuídas as redes municipais em suas categorias, a investigação que se seguiu teve por objetivo localizar as redes municipais por estado. A primeira análise se refere ao Nível 1. Para isso, a tabela a seguir visou observar quais as localizações das 125 redes com nível Insuficiente de CQ.

Tabela 4 – Localização das redes municipais por estado no nível Insuficiente - 2013

Estados	Casos	Percentual	Percentual do total de casos
AL	4	3,2	4,1
AM	6	4,8	12,2
AP	2	1,6	15,4
BA	24	19,2	5,9
CE	2	1,6	1,1
GO	1	,8	0,5
MA	30	24,0	14,4
MG	20	16,0	3,0
PA	13	10,4	9,6
PB	2	1,6	1,4
PE	8	6,4	4,5
PI	5	4,0	2,5
RJ	1	,8	1,1
RN	1	,8	0,7
RR	2	1,6	14,3
SP	1	,8	0,2
TO	3	2,4	3,8
Total	125	100,0	2,7

Fonte: Silva (2017).

Com apenas 125 casos, 15,4% e 14,4% dos casos do Amapá Maranhão, respectivamente, compõem frequências relevantes no nível insuficiente de NCQ. Destaca-se que, dos 17 estados que aparecem no nível 1, somente 5 não são das regiões Norte-

Nordeste, com apenas 26 casos (20 de Minas Gerais, 3% dos casos do estado), evidenciando a desigualdade no aspecto regional. Em análise análoga, os casos que compõem o nível Regular foram trabalhados, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Localização das redes municipais por estado no nível Regular - 2013

Estados	Casos	Percentual	Percentual do total de casos
AC	13	,6	61,9
AL	69	3,2	71,1
AM	39	1,8	79,6
AP	9	,4	69,2
BA	327	15,2	80,0
CE	155	7,2	87,1
ES	17	,8	23,6
GO	49	2,3	26,6
MA	164	7,6	78,5
MG	302	14,0	44,6
MS	18	,8	27,3
MT	17	,8	15,6
PA	106	4,9	77,9
PB	74	3,4	50,0
PE	139	6,5	77,7
PI	142	6,6	71,4
PR	77	3,6	21,9
RJ	49	2,3	53,3
RN	84	3,9	57,1
RO	26	1,2	66,7
RR	9	,4	64,3
RS	54	2,5	20,9
SC	63	2,9	27,5
SE	25	1,2	36,8
SP	67	3,1	11,6
TO	56	2,6	71,8
Total	2150	100,0	46,7

Fonte: Silva (2017).

No nível 2, os estados de Tocantins, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Amapá, Amazonas, Alagoas e Acre, quase todos das regiões Norte e Nordeste do País, com exceção do estado fluminense, têm um percentual maior que 50% de seus casos.

A apresentação do panorama de distribuição seguiu para os municípios em que seus resultados de ICQ se situam no nível Bom.

Tabela 6 – Localização das redes municipais por estado no nível Bom - 2013

Estados	Casos	Percentual	Percentual do total de casos
---------	-------	------------	------------------------------

AC	8	,4	38,1
AL	24	1,1	24,7
AM	4	,2	8,2
AP	2	,1	15,4
BA	57	2,5	13,9
CE	21	,9	11,8
ES	54	2,4	75,0
GO	127	5,7	69,0
MA	15	,7	7,2
MG	351	15,6	51,8
MS	46	2,0	69,7
MT	87	3,9	79,8
PA	17	,8	12,5
PB	71	3,2	48,0
PE	32	1,4	17,9
PI	50	2,2	25,1
PR	268	11,9	76,4
RJ	41	1,8	44,6
RN	62	2,8	42,2
RO	13	,6	33,3
RR	3	,1	21,4
RS	194	8,6	75,2
SC	159	7,1	69,4
SE	41	1,8	60,3
SP	479	21,3	82,9
TO	19	,8	24,4
Total	2245	100,0	48,8

Fonte: Silva (2017).

Os estados da Região Centro-Oeste, Sudeste e Sul compreendem, dentro dos seus casos analisados, maior percentual no referido nível. Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe, este último como o único de fora das regiões supracitadas, tiveram mais de 60% de seus municípios nesse nível, com destaque para Mato Grosso e São Paulo, com mais de 79% de seus casos.

Apesar da predominância dos casos nas redes municipais das regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, evidenciada na tabela 6, os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e o já supracitado Sergipe, estados pequenos em território, apresentaram números interessantes, com de mais de 45% de seus municípios no referido nível.

O nível Ótimo de Condições de Qualidade é seletivo. Seu intervalo só comportou redes de ensino que tiveram indicadores muito altos e, por isso, a tendência é de refletir a desigualdade já evidenciada favorável às regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, em comparação com a Norte e Nordeste do país. A tabela 7 apresenta esse cenário.

Tabela 7 – Localização das redes municipais por estado no nível Ótimo - 2013

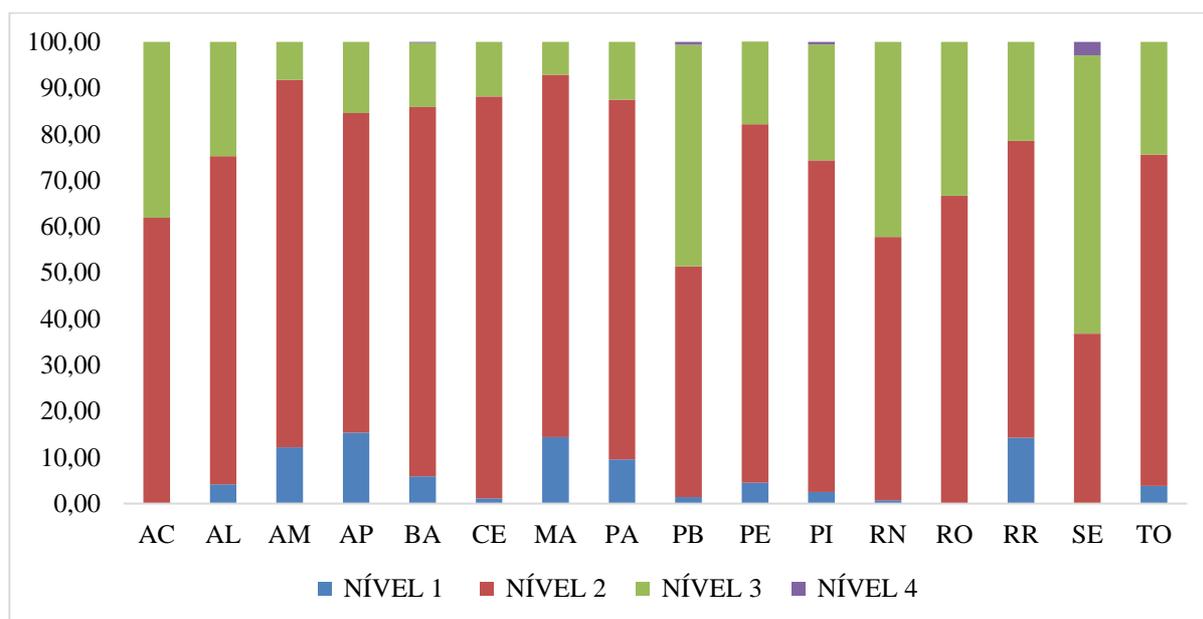
Estados	Casos	Percentual	Percentual do total de casos
BA	1	1,3	0,2
ES	1	1,3	1,4
GO	7	8,8	3,8
MG	4	5	0,6
MS	2	2,5	3,0
MT	5	6,3	4,6
PB	1	1,3	0,7
PI	1	1,3	0,5
PR	6	7,5	1,7
RJ	1	1,3	1,1
RS	10	12,5	3,9
SC	8	10	3,5
SE	2	2,5	2,9
SP	31	38,8	5,4
Total	80	100	2

Fonte: Silva (2017).

Totalizando 80 redes municipais de ensino, o percentual de 2% do total dos casos é muito pequeno quando se deseja a universalização de boas condições de qualidade da oferta educacional. Dos municípios elencados, 31 são redes municipais somente do estado de São Paulo, seguidos de 24 da Região Sul e 14 da Centro-Oeste. O percentual de redes municipais da Região Nordeste foi pequeno, se comparado às demais regiões. A Região Norte não tem casos nesse Nível.

De forma a elucidar o mapa da desigualdade de condições de qualidade nas redes municipais, o gráfico a seguir trabalha com a distribuição das redes municipais por NCQ agregadas por estado das regiões Norte e Nordeste.

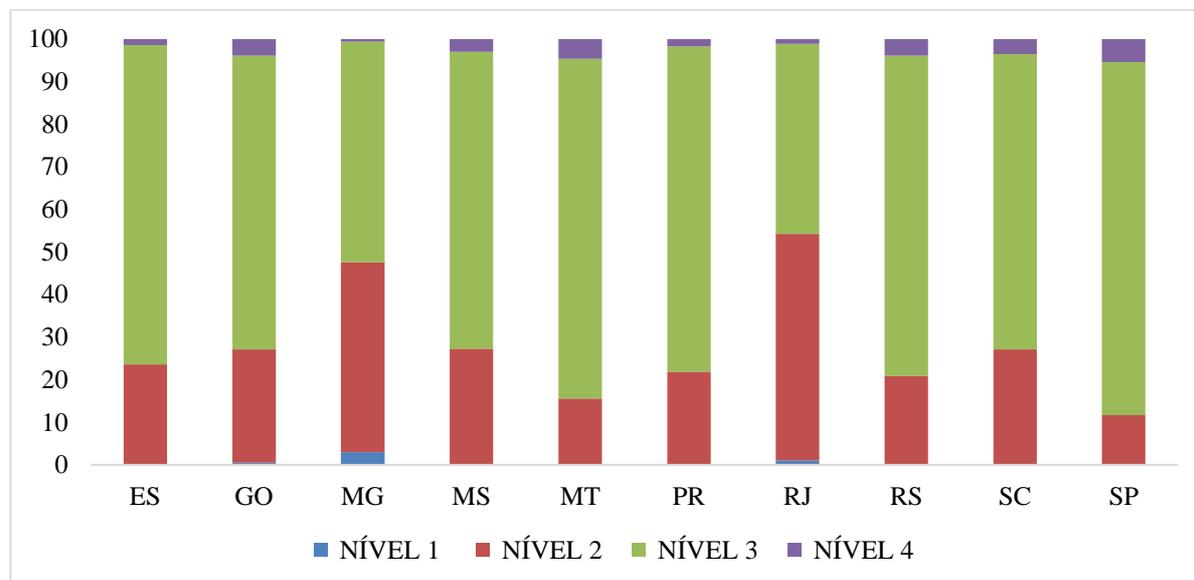
Gráfico 2 – Redes municipais das regiões Norte e Nordeste agregadas por NCQ - 2013



Fonte: Silva (2017).

O gráfico evidencia a concentração das redes municipais das regiões Norte e Nordeste do país nos NCQ menores. Apesar dos estados do Acre, Paraíba, Rio Grande do Norte terem bom percentual de redes municipais nos níveis 3 e 4 de CQ se comparado aos demais estados das macrorregiões abordadas, o panorama é menos preocupante. A exceção se faz às redes municipais do estado do Sergipe, em que cerca de 63% estão nos níveis Bom e Ótimo de CQ, explicada em Silva (2017) pelas condições do professor, através do ICP. O mesmo gráfico foi realizado com as redes municipais das três demais macrorregiões brasileiras.

Gráfico 3 – Redes municipais das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste agregadas por NCQ/2013

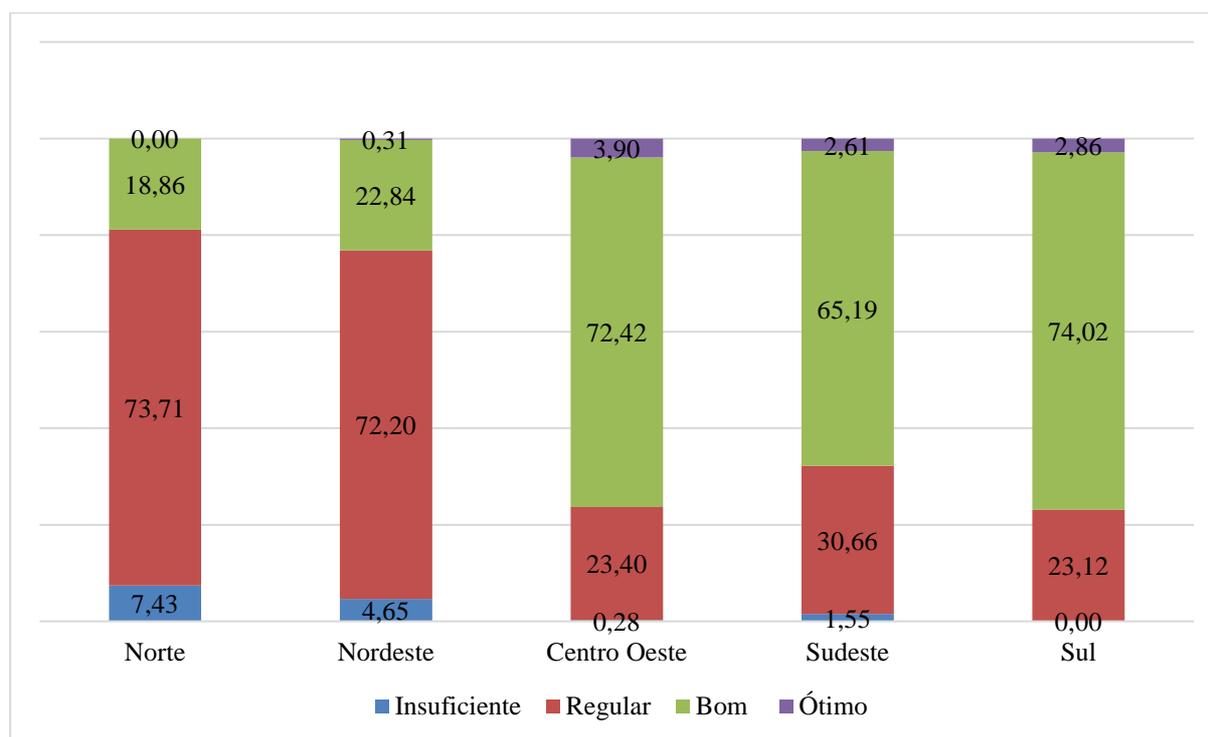


Fonte: Silva (2017).

Oposto ao gráfico anterior, o cenário das redes municipais das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste evidencia a desigualdade das condições de qualidade pela concentração da maioria de seus resultados nos dois maiores níveis quantitativos, exceção feita aos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Os demais concentraram suas redes municipais em pelo menos 72% nos NCQ Bom ou Ótimo. A peculiaridade do estado mineiro foi evidenciada em Silva (2017), haja vista que uma parte do seu território, reconhecidamente de menor nível socioeconômico, apresenta resultados de condições de qualidade muito próximas à das redes municipais nordestinas. As redes municipais do Rio de Janeiro compõem percentuais de casos em NCQ próximos dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, explicadas em grande parte pelos baixos salários e baixa escolaridade das professoras (SILVA, 2017).

Sintetizando a discussão, o gráfico a seguir elencou por macrorregião os percentuais de casos nos quatro níveis elencados.

Gráfico 4 – Percentuais de casos por NCQ discriminados por região do Brasil - 2013



Fonte: Silva (2017).

O gráfico acima evidencia, de forma agregada por regiões e categorizando os casos por NCQ, a desigualdade de condições de qualidade. Explicita-se a Região Norte, juntamente com a Nordeste, com maiores percentuais de casos nos níveis 1 e 2, enquanto nas demais regiões o cenário é de inverso, com maior concentração de resultados nos níveis 3 e 4. Apresentam-se maiores desafios na efetividade da política educacional em termos de condições de oferta para as redes municipais dos estados nordestinos e nortistas, ainda que, na exploração das variáveis do ICQ, as dimensões que explicam baixas condições de qualidade não sejam homogêneas e nem lineares.

O NCQ se mostrou uma ferramenta importante na análise dos resultados do ICQ. Todavia, houve necessidade de aprofundar, dentro de cada nível, o significado de cada ICQ mensurado. A avaliação não deixa de ser um juízo de valor (GATTI, 2014). Todavia, entende-se que a análise das variáveis em cada faixa de categorização operada pelo NCQ possibilita que tal subjetivismo seja reduzido.

A metodologia de investigação da precisão qualitativa do ICQ consistiu em analisar estatisticamente cada variável que compõem os indicadores parciais, ICP, ICME e ICG, analisando maiores ou menores variações e, com base em altos ou baixos índices de dispersão, diagnosticar tendências de significados de cada resultado gerado por nível.

Portanto, o trabalho que se segue tem como objetivo investigar possíveis indícios acerca do significado dos resultados do ICQ.

(Im)Precisões qualitativas nos resultados do ICQ

O desvio padrão é uma medida de dispersão que indica qual o erro entre a substituição do resultado apresentado e sua substituição pela média do mesmo. Em outras palavras, analisar essa medida para um determinado grupo de resultados numéricos é avaliar o quanto que o grupo de casos se dispersam da média. Nesse sentido, a análise desse desvio possibilita levantar indícios, com base nos resultados por variáveis e dentro de cada NCQ, do sentido do resultado do ICQ. Objetiva-se para essa análise investigar secasos de redes municipais com indicadores aproximados traduzem mesmas condições de qualidade e em que dimensões.

Para tal, a metodologia de análise consistiu no estudo do desvio padrão da média das variáveis por NCQ. Para cada um dos quatro intervalos categorizados, analisou-se cada variável dos indicadores parciais, entendendo o coeficiente de variação menor do que 15% da média uma medida de dispersão pequena e, conseqüentemente, indicando que a variável com esse perfil teria, no intervalo numérico do NCQ, grande probabilidade de apresentar condições de qualidade avaliadas naquele indicador similares a todos os casos do NCQ

O primeiro nível de análise é o Insuficiente. A faixa de mensuração dos resultados nesse nível compreende os ICQs menores que 0,4332. A tabela abaixo apresentou os resultados estatísticos por variável e do ICQ, dados auxiliares na compreensão do número gerado pelo indicador.

Tabela 8 – Análise dos resultados por variável das redes municipais de nível Insuficiente de NCQ - 2013

Variáveis	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Indicador de Escolaridade	,4975	,5000	,25	,16030	,13	,85
Indicador de Salário Por 40 Horas	,2347	,2225	,20	,05744	,13	,48
Indicador de Experiência	,5104	,5000	,38	,19473	0,00	,92
Indicador de Situação Trabalhista	,5709	,5465	,50	,18478	0,00	1,00
Indicador de Condições Físicas	,6595	,6603	,52	,15040	,31	1,00
Indicador de Iluminação e Ventilação	,6135	,6417	,88	,22522	0,00	1,00
Indicador de Computadores e Internet	,3183	,2900	0,00	,19040	0,00	,85
Indicador de Equipamentos Eletrônicos	,4415	,4375	,44	,18819	0,00	,84

Indicador de Salário do Diretor	,2541	,2300	,18	,08507	,13	,53
Indicador de Forma de Provimento	,2701	,2500	,25	,09943	0,00	1,00
Indicador de Conselho de Escola	,4057	,4167	0,00	,29699	0,00	1,00
Indicador de Projeto Político Pedagógico	,3982	,3460	,33	,21992	0,00	1,00
ICQ 2013	,3949	,4034	,28	,03121	,28	,43

Fonte: Silva (2017).

Nesse nível, os salários, tanto da diretora como da professora, são as variáveis com menores desvio padrão e coeficiente de variação, apresentando valores mínimos e máximos 0,13 e 0,51, respectivamente. Ademais, quase todas as variáveis apresentam altos índices de desvio padrão, em particular para os indicadores que compõem o ICME e os Indicadores de Conselho de Escola e de Projeto Político Pedagógico. Portanto, os resultados de ICQ nessa faixa apenas permitem afirmar que, apesar da pequena variação, são redes municipais que tendem a pagar salários baixos, entre R\$ 1.300,00 e R\$ 2.000,00, e a escolaridade das professoras menor que o Ensino Superior Completo.

A tabela seguinte apresentou os mesmos dados, porém para 2250 redes municipais, referentes à segunda faixa categorizada de CQ, denominado como nível Regular. A mensuração desse nível compreende o intervalo de ICQ entre 0,4332 e 0,6102 inclusive, resultados abaixo ou na média nacional.

Tabela 9 – Análise dos resultados por variável das redes municipais de nível Regular de NCQ - 2013

Variáveis	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Indicador de Escolaridade	,7034	,7359	,85	,12110	,25	,93
Indicador de Salário Por 40 Horas	,3191	,3150	,27	,07764	,10	,65
Indicador de Experiência	,6706	,6844	,75	,17887	0,00	1,00
Indicador de Situação Trabalhista	,7623	,7755	1,00	,18301	0,00	1,00
Indicador de Condições Físicas	,7623	,7673	1,00	,12312	,30	1,00
Indicador de Iluminação e Ventilação	,7350	,7500	1,00	,18559	0,00	1,00
Indicador de Computadores e Internet	,5733	,5700	1,00	,21623	0,00	1,00
Indicador de Equipamentos Eletrônicos	,6681	,6814	,86	,15182	,04	1,00
Indicador de Salário do Diretor	,3247	,3121	,28	,10093	,10	1,00
Indicador de Forma de Provimento	,3134	,2500	,25	,17697	0,00	1,00
Indicador de Conselho de Escola	,5459	,5500	1,00	,31291	0,00	1,00
Indicador de Projeto Político Pedagógico	,4911	,4677	,33	,24106	0,00	1,00
ICQ 2013	,5462	,5539	0,43	,04415	,43	,61

Fonte: Silva (2017).

Análogo ao nível Insuficiente de CQ, os salários continuam com desvio padrão menor que as demais variáveis. As escolaridades das professoras tiveram menor variação,

indicando uma tendência de um universo de docentes com formação em Ensino Superior. As variáveis do ICME e, destacadamente, do ICG que mensuram a existência de instrumentos de gestão democrática nas escolas, tem uma variação bastante significativa.

A tabela 10 apresenta, em metodologia análoga, os dados provenientes das 2245 redes municipais classificadas, de acordo com seus resultados de ICQ, no nível Bom. O intervalo de mensuração desse nível mensura entre 0,6102 a 0,7872 inclusive.

Tabela 10 – Análise dos resultados por variável das redes municipais de nível Bom de NCQ - 2013

Variáveis	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Indicador de Escolaridade	,7931	,8100	,85	,06712	,25	1,00
Indicador de Salário Por 40 Horas	,4622	,4531	,35	,10963	,15	,90
Indicador de Experiência	,7673	,7670	,75	,15178	0,00	1,00
Indicador de Situação Trabalhista	,8541	,8750	1,00	,14734	0,00	1,00
Indicador de Condições Físicas	,8608	,8769	1,00	,11011	,30	1,00
Indicador de Iluminação e Ventilação	,8744	,9125	1,00	,14172	0,00	1,00
Indicador de Computadores e Internet	,8050	,8367	1,00	,17206	0,00	1,00
Indicador de Equipamentos Eletrônicos	,8182	,8286	1,00	,11658	,20	1,00
Indicador de Salário do Diretor	,4260	,4100	,45	,13985	,10	,93
Indicador de Forma de Provimento	,4131	,2500	,25	,26829	0,00	1,00
Indicador de Conselho de Escola	,6570	,7500	1,00	,33072	0,00	1,00
Indicador de Projeto Político Pedagógico	,5661	,5520	,33	,25742	0,00	1,00
ICQ 2013	,6762	,6717	,72	,04237	,61	,79

Fonte: Silva (2017).

Nessa faixa de intervalo numérico, algumas variáveis tenderam a menor variação. Entretanto, o único desvio padrão pequeno é o do Indicador de Escolaridade do ICP. Apesar da distância entre valores mínimos e máximos, de modo geral as variáveis Indicador de Salário por 40 Horas, Indicador de Situação Trabalhista, Indicador de Condições Físicas e Indicador de Equipamentos Eletrônicos apresentaram resultados com menores coeficientes de variação. Em contraposição, os demais indicadores variam bastante de resultados, em particular (novamente) V2, V3 e V4 do ICG. A tabela 11 realizou o mesmo trabalho para o NCQ Ótimo.

Tabela 11 – Análise dos resultados por variável das redes municipais de nível Ótimo de NCQ - 2013

Variáveis	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Indicador de Escolaridade	,8283	,8500	,85	,04170	,62	,93

Indicador de Salário Por 40 Horas	,7413	,7317	,90	,10100	,52	1,00
Indicador de Experiência	,8602	,8538	1,00	,12840	,50	1,00
Indicador de Situação Trabalhista	,9250	1,0000	1,00	,14578	0,00	1,00
Indicador de Condições Físicas	,9181	,9536	1,00	,09142	,55	1,00
Indicador de Iluminação e Ventilação	,9284	1,0000	1,00	,14854	0,00	1,00
Indicador de Computadores e Internet	,9133	,9500	1,00	,10097	,55	1,00
Indicador de Equipamentos Eletrônicos	,9063	,8968	1,00	,08338	,71	1,00
Indicador de Salário do Diretor	,5545	,5250	,45	,22054	,12	1,00
Indicador de Forma de Provimento	,4498	,2500	,25	,28850	0,00	1,00
Indicador de Conselho de Escola	,7574	,9433	1,00	,32403	0,00	1,00
Indicador de Projeto Político Pedagógico	,6397	,6650	1,00	,28108	,17	1,00
ICQ 2013	,8128	,8033	0,79	,02712	,79	,93

Fonte: Silva (2017).

Essa faixa de intervalo de NCQ teve maior estabilidade nos resultados numéricos de algumas variáveis. Todos os indicadores do ICP e ICME tiveram uma certa tendência de resultados. Destaca-se a contínua variação das variáveis do ICG que trabalham com os aspectos referentes à gestão democrática. Um elemento não visualizado na análise dos demais NCQ é o alto desvio padrão do Indicador de Salário do Diretor, variação alta que, apesar de menor que as demais variáveis do ICG, não foi característica dos demais níveis analisados.

Portanto, é possível afirmar que, apesar do estudo de Silva (2017) evidenciar que, considerando somente o resultado bruto do ICQ, principalmente se agregado por estado, há pouca variação numérica, na análise por variável fica evidenciada variações que não permitem afirmar o que cada ICQ traduz, com segurança e precisão, em condições de qualidade mensuradas pelo indicador de base da pesquisa. O quadro abaixo organizou os indícios sobre possíveis precisões do número, traduzido pelo ICQ, por NCQ analisados.

Quadro 1 – Síntese da análise do resultado numérico do ICQ por Nível de Condições de Qualidade – 2013

NCQ	Intervalo numérico	Observações possíveis
Nível Ruim	ICQ até 0,4332	Redes municipais que pagam salários baixos, entre R\$ 1.300,00 e R\$ 2.000,00 e a escolaridade das professoras se resume a Ensino Superior Incompleto ou Ensino Médio.
Nível Regular	ICQ entre 0,4332 e 0,6102, inclusive	Professoras e diretoras tem salários entre R\$ 1.700,00 e R\$ 3.500,00 e, no caso das docentes, Ensino Superior Completo.

Nível Bom	ICQ entre 0,6102 e 0,7872, inclusive	Professoras com formação em Ensino Superior e, com grande quantidade de docentes especialistas, com contratos de trabalho por concurso ou vinculadas por CLT. Os salários variam entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00. As escolas reúnem condições razoáveis de conservação das instalações físicas e tem equipamentos eletrônicos em suas escolas.
Nível Ótimo	ICQ acima de 0,7872	Professoras com salários entre R\$ 5.000,00 e R\$ 6.000,00, especialistas, experientes e em boa parte concursadas. As condições materiais das escolas são boas, conservadas, com salas de aula ventiladas, iluminadas e equipadas com computadores, internet e demais equipamentos eletrônicos.

Fonte: Silva (2017).

Ressalta-se que, para uma apresentação de dados que analisassem as dispersões em todas as variáveis, possibilitando maior clareza na análise, seria necessário ao menos gráficos de dispersão para todas as variáveis e, com maior aprofundamento, em todas as redes municipais agregadas por estado. Todavia, entendeu-se que a metodologia empregada para essa investigação atendeu a necessidade de encontrar alguns indícios e evidenciar as variações acerca do resultado do ICQ.

Conclusões

Este trabalho consistiu em aprofundar, com base no ICQ, o mapeamento e análise das redes municipais de ensino por Nível de Condições de Qualidade, contextualizando o resultado numérico do ICQ e suas (im)precisões, com recorte para os anos iniciais do ensino fundamental, na medida que o ente federativo municipal tende, pelas suas responsabilidades educacionais, a ofertar a subetapa (em 2016, 82,4% das matrículas dos anos iniciais são municipais), além dos questionários de contexto da Prova Brasil de 2013 utilizados como fonte de informações para fomento do ICQ serem provenientes da aplicação aos 5^{os} anos.

Observou-se que, nas análises do ICQ com base no NCQ, a reafirmação do padrão de desigualdade educacional nas condições de qualidade construída historicamente. Níveis menores de condições de qualidade são dominados pelas redes municipais dos estados da Região Norte e Nordeste. Afirmou-se que os resultados do indicador de base da pesquisa não traduzem com segurança e precisão as condições de qualidade, necessitando de aprofundamento analítico para tal, com exceção do nível 4 e, com

algumas ressalvas, do nível 3. Além disso, em todos os NCQ, as variáveis que lidam com a gestão democrática evidenciaram, corroborando com os estudos de Silva (2017) e Souza (2009), a necessidade de maior efetividade da gestão democrática no ensino público.

Por fim, destaca-se o potencial de mapeamento e investigação através do NCQ, que, pela sua mobilidade de adaptação à pesquisa em qualquer ano, compõe uma metodologia de categorização de fácil adaptação, pelo seu perfil de adequação numérica.

Referências

ALMEIDA, M. I. de. Docentes para uma educação de qualidade: uma questão de desenvolvimento profissional. **Educar**, Curitiba, n. 24, Editora UFPR, p. 165-176, 2004.

ALVES, A. V. V. Atuação de Conselhos Escolares em redes municipais destaques no Ideb. In: **XXV Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-americano de Política e Administração da Educação Jubileu de ouro da ANPAE (1961-2011)**, São Paulo, Cadernos ANPAE, 2011.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 9a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

BEZERRA, A. A. Modalidade de provimento do dirigente escolar: mais um desafio para as políticas da educação municipal. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 90, n. 224, p. 59-70, jan./abr. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 19 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em 19 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 19 jun. 2017.

CARISSIMI, A. C. V. **Perfil profissional e condições de trabalho docente: um estudo sobre os professores dos anos iniciais da RME de Curitiba**. 149 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. (org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DOURADO, L. F.; NAVARRO, I. P.; WITTMAN, L. C.; AGUIAR, M. A. S.; GRACINDO, R. V. **Conselho escolar e financiamento da educação no Brasil**. MEC/SEB. Brasília, 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201 – 215, maio/ago. 2009.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série documental: textos para discussão**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, n. 24, Brasília, 2007.

GATTI, B. A. Avaliação e qualidade do desenvolvimento profissional docente. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 373-384, 2014.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R.; SCHNEIDER, G. Índice de Condições de Qualidade educacional: metodologia e indícios. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 22, n.48, jan/abril de 2011.

LIMA, V. M. M. A complexidade da docência nos anos iniciais na escola pública. Nuances: **Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 23, p. 148-166, maio/ago. 2012.

MENDONÇA, E.F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. 329 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOREIRA, F. A.; SILVA, M. V. Trabalho docente na esfera pública: controvérsias e vicissitudes sob a ótica dos sujeitos da educação. **Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional**. Universidade Estadual Paulista, n. 10. Araraquara, p. 1 – 20, jan./jun. 2011.

SCHNEIDER, G. **As ações do governo federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola: Uma problematização a partir do conceito de justiça social**. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SCHNEIDER, G. **Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando o Índice de Condições Materiais da Escola**. 250 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SILVA, M. Q. **Condições de qualidade das redes municipais de Ensino Fundamental no Brasil**. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Políticas Educacionais. Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SILVA, V. G. da. Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise. **Cadernos de pesquisa**, v.42, n.145, p.204-225 jan./abr. 2012.

SOUZA, A. R. Explorando e construindo um conceito de gestão democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

SOUZA, A. R. A produção do conhecimento e o ensino da gestão educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2008.

SILVA, M. Q. Níveis de condições de qualidade das redes municipais de ensino no Brasil: uma perspectiva de análise.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão da Escola no Brasil**. São Paulo: PUC, 2007. 302 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; SILVA, M. R.; SCHWENDLER, S. F. Gestão democrática da escola pública. IN: SOUZA, A. R. (org.) **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. UFPR, 2005.

Recebido em Setembro de 2017
Aprovado em Novembro de 2017
Publicado em Dezembro de 2017

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 21

13 de dezembro de 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 21 – Dezembro de 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)
Ana Lorena Bruel (UFPR)
Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

SILVA, M. Q. Níveis de condições de qualidade das redes municipais de ensino no Brasil: uma perspectiva de análise.

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>